



PODER JUDICIÁRIO 225  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Apelação Criminal nº: 158.166-2  
Comarca: Vicência  
Vara: Vara única  
Apelante: Wellington José do Nascimento Queiroz  
Advogado: Edmilson Barbosa da Silva Filho  
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Procurador: Tatiana Souza Leão Araújo  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal  
Relator: Des. Fausto Campos.

**EMENTA:** PENAL/PROCESSUAL PENAL - APELAÇÃO - LATROCÍNIO E ROUBO QUALIFICADO - APELO DA DEFESA - CONDENAÇÃO MANTIDA - AGENTE PRIMÁRIO- REDUÇÃO DA PENA ACOLHIDA - PROVIMENTO - CONCURSO MATERIAL - UNÂNIME.

1) Latrocínio e Roubo Qualificado. Emprego de armas de fogo. Art. 157, §3º, art. 157, §2º, I, do CP.

2) O depoimento e o reconhecimento do acusado pela vítima sobrevivente corroborada pelas demais provas dos autos se mostram suficientes para a condenação.

3) Considerada a primariedade do agente, se avultam exacerbadas as penas fixadas no máximo legal cominado aos tipos penais, impondo-se a redução da reprimenda.

4) O crime de roubo atinge apenas o patrimônio, enquanto que o latrocínio atinge, além do patrimônio, também a vida, o que impõe o concurso material de crimes previsto no art. 69 do CP.

5) Recurso provido parcialmente para e reduzir a pena.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação criminal nº 158.166-2, sendo apelante Wellington José do Nascimento Queiroz, e apelado o Ministério Público de Pernambuco. **Acordam** os Desembargadores componentes da 1ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, na sessão realizada em 18 de maio de 2010, à unanimidade, dar parcial provimento ao recurso da defesa, para reduzir a pena do apelante, tudo de acordo com o relatório, votos e notas taquigráficas que integram o presente aresto.

Recife, 20 de maio de 2010.

Des. Fausto Campos  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

226



Apelação Criminal nº: 158.166-2  
Comarca: Vicência  
Vara: Vara única  
Apelante: Wellington José do Nascimento Queiroz  
Advogado: Edmilson Barbosa da Silva Filho  
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Procurador: Tatiana Souza Leão Araújo  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal  
Relator: Des. Fausto Campos.

**RELATÓRIO**

Trata-se de Apelação Criminal interposta por Wellington José do Nascimento Queiroz contra sentença (fls. 394/403) que o condenou como incurso nas penas do art. 157, §3º, art. 157, §2º, I, arts. 29 e 69 do CPB cs/c art. 1º, II, da Lei nº 8.072/90.

O recurso é tempestivo.

Ao réu foi imposta pena de 43 (quarenta e três) anos e 4 (quatro) meses de reclusão a ser cumprido inicialmente em regime fechado e 30 (trinta) dias-multa, à razão de 1/30 do salário mínimo.

O réu, irrisignado, apela da decisão (fls. 417), pleiteando a sua absolvição sob alegação de insuficiência de provas ou, alternativamente, caso se entenda pela condenação, a redução da pena.

Contra-razões do Parquet pela manutenção da sentença (fls. 425/433).

A Procuradoria de Justiça, mediante parecer de fls. 444/446, da lavra da Dra. Tatiana Souza Leão Araújo, Procuradora convocada, pugna pelo provimento parcial do recurso.

Eis o importante a relatar.

À douta revisão.

Recife, 24 de junho de 2009.

Des. Fausto Campos - Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

227



Apelação Criminal nº: 158.166-2  
Comarca: Vicência  
Vara: Vara única  
Apelante: Wellington José do Nascimento Queiroz  
Advogado: Edmilson Barbosa da Silva Filho  
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Procurador: Tatiana Souza Leão Araújo  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal  
Relator: Des. Fausto Campos.

VOTO:

Cuidam os presentes autos de recurso de apelação do réu **Wellington José do Nascimento Queiroz** contra sentença acautou a tese de acusação e o condenou à pena de 43 (quarenta e três) anos e 4 (quatro) meses de reclusão a ser cumprido inicialmente em regime fechado e 30 (trinta) dias-multa, à razão de 1/30 do salário mínimo, sob o fundamento de inexistência de provas para a condenação e, subsidiariamente, o excesso da condenação.

Alega, ainda, o apelante, que a arma apreendida pela polícia por ocasião da sua prisão em flagrante por outro crime, não é a mesma que ceifou a vida da vítima dos presentes autos, segundo a perícia realizada, motivo que ensejaria sua absolvição.

Narra a denúncia que, no dia 06/09/2003, o acusado e mais duas pessoas, mediante emprego de arma de fogo, roubaram três vítimas, João Francisco de Alunquerque, Rosa Maria de Alunquerque e Rosiane Maria de Alunquerque, subtraindo dinheiro particular de cada uma das vítimas e um automóvel, bem como a vida da primeira vítima.

Segundo a peça vestibular acusatória, o crime teria ocorrido na residência do Sr. João Francisco, quando este chegava portando o dinheiro apurado no bar de propriedade dele, tendo a Sra. Rosa Maria ido abrir o portão da casa, ocasião em que os acusados teriam penetrado na mesma. Sem que houvesse nenhuma reação do Sr. João Francisco, o apelante teria atirado nele, causando sua morte. Ao chegar a terceira vítima no local, os acusados a roubaram juntamente com a segunda vítima, a Sra. Rosa Maria, levando, inclusive, o veículo da família.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

228



Finda a instrução criminal, o Douto Juiz processante proferiu sentença de fls. 394/403, condenando o acusado nas penas do art. 157, §3º, art. 157, §2º, I. art. 29 e 69 do CPB c/c art. 1º, II, da Lei nº 8.072/90. Contra tal entendimento insurge-se o apelante.

Cuido, prefacialmente, que a materialidade do crime restara demonstrada pela perícia tanatoscópica de fls. 91. Quanto à autoria, considero que há provas contundentes nos autos que levam à sua condenação.

De fato, uma das as vítimas sobreviventes, Rosiane Maria de Albuquerque, reconheceu o apelante como sendo autor do crime, descrevendo a conduta com uma intensa riqueza de detalhes que estão em consonância com os demais elementos probatórios colhidos em sede de inquérito policial e em juízo, inclusive com o testemunho da outra vítima, Rosa Maria de Albuquerque, e que também sobreviveu aos fatos. O depoimento da mesma revela, inclusive a frieza do acusado, pois ela aduz que após seu pai ter sido ferido o apelante lhe disse: "Vá lá que ele está baleado".

Ressalte-se que o depoimento da vítima em crimes desta natureza, perpetrados na clandestinidade, tem especial relevância probatória, mormente face à constatação de inexistência de vontade de prejudicar desconhecidos.

Este é o entendimento dos nosso Tribunais:

"PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO. DUPLAMENTE QUALIFICADO. MATERIALIDADE E AUTORIA DEVIDAMENTE COMPROVADAS. CONFISSÃO EM SEDE POLICIAL. VALIDADE. CONVERGÊNCIA COM O ACERVO PROBATÓRIO. RECONHECIMENTO DO RÉU. RELEVÂNCIA DA PALAVRA DA VÍTIMA. APREENSÃO DA RES FURTIVA EM PODER DO APELANTE. CONDENAÇÃO MANTIDA. IRRESIGNAÇÃO QUANTO À DOSIMETRIA DA PENA. INACOLHIMENTO. FIXAÇÃO DA REPRIMENDA EM CONSONÂNCIA COM OS ARTS. 59 E 157, §2º, I E II, DO CÓDIGO PENAL. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. I-A confissão em sede policial pode prevalecer à retratação judicial, quando em harmonia com o conjunto probatório. **II-Nos crimes contra o patrimônio, a palavra da vítima possui grande valor probatório, sobrepondo-se à do réu - que, na maioria das vezes, tenta se eximir da responsabilidade, ainda mais quando resta evidenciado nos autos que a vítima não teria motivos para fazer falsa imputação ao acusado.** III-A apreensão de parte da res furtiva em poder o réu reforça a tese da sua participação no crime de roubo. IV-A reprimenda foi fixada dentro dos parâmetros legais, obedecendo o sistema trifásico adotado pelo Código Penal. V-À unanimidade de votos, negou-se provimento ao apelo".(Grifos Nossos), (TJPE, Ap. Crim. 167361-6, Rel.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS**

229



Alexandre Guedes Alcoforado Assuncao, 4ª Câmara Criminal, DJ 28/11/2008).

"Em crimes de Roubo, geralmente praticados na clandestinidade, a palavra da vítima constitui valioso elemento de prova, principalmente quando os acusados são reconhecidos. "(TJSC, Ap. Crim. 2005.000396-0, Rel. Des. Solon D'êça Neves, DJ 12.04.05).

Quanto ao argumento de que a arma apreendida com o apelante ser calibre 32 e a utilizada no crime em apreço ser calibre 38, não há qualquer fundamento pois, o fato ocorreu em 06/09/2003 e o revólver objeto da perícia foi apreendido em 16/10/2003, quando o apelante organizava outra empreitada criminosa. Desta forma, a apreensão da arma ocorreu mais de um mês após o fato, quando, normalmente, o acusado já nem portava mais o instrumento do delito em questão.

Se a perícia da arma apreendida não corresponde com a arma do crime, nestas circunstâncias, não se pode concluir que o acusado não fora autor do crime. Muito pelo contrário, tal ocorrência, como bem ressalta o Procurador de Justiça, apenas reforça a tese do comportamento delituoso voltado para o crime do réu.

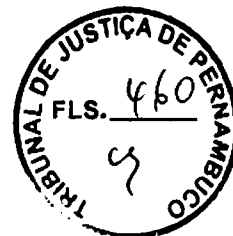
Não merece reparo, portanto, a sentença quanto à condenação do Apelante pois está bem posta.

Impõem-se, entretanto, reparos à dosimetria das penas aplicadas visto que o Douto Juiz prolator, apesar de discorrer acerca das circunstâncias elencadas no art. 59, do CP, fixou injustificadamente a pena-base em 30 (trinta) anos de reclusão pelo crime de latrocínio – pena máxima- e 10 (dez) anos pelo roubo – também pena máxima- aumentado em 1/3 em razão de ser o crime qualificado, fixando-a em 13 (treze) anos e 04 (quatro) meses de reclusão.

Verifica-se militarem desfavoravelmente ao réu grande parte das circunstâncias do art. 59, do CP, sejam estas: a culpabilidade da sua conduta, totalmente injustificada; sua conduta social, visto responder por outros processos, sendo preso, inclusive, pela acusação de outro crime, demonstrando ser dotado de



230



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS**

personalidade criminosa; o motivo, visto que cometeu o delito com o objetivo único de obtenção de lucro fácil; as conseqüências do delito, vez que os valores roubados não foram recuperados, além da insegurança e medo trazidos à comunidade; o comportamento das vítimas, que em nada contribuiu para a ação dos criminosos; e as circunstâncias do crime também não lhe são favoráveis, pois a ação foi realizada dentro da residência das vítimas, onde as mesmas se sentiam seguras além da forma fria e calculista em que foi perpetrada a ação.

De outra sorte, milita favoravelmente ao réu o fato de ser tecnicamente primário, conforme fl. 212 dos autos.

Consideradas as referidas circunstâncias, há de se aplicar na dosimetria da pena, ainda, os princípios da proporcionalidade e razoabilidade que norteiam o direito penal pátrio, de forma que a reprimenda não se avulte excessiva à conduta que se pretende punir.

Desta feita, nos termos do art. 59 do CP, modifico, nessa porção, a sentença vergastada para fixar a pena base em 27 (vinte e sete) anos de reclusão para o crime de latrocínio, art. 157, §3º do CPB. Em relação ao crime de roubo, fixo a pena em 07 (sete) anos, a que acresço em 1/3 tendo em vista a qualificadora de emprego de arma de fogo - art. 157, §2º, I do CPB - totalizando 09 (nove) anos e 04 (quatro) meses, pena final, diante da ausência de outras circunstâncias atenuantes ou agravantes, a ser cumprida em regime inicialmente fechado, nos termos do art. 33, §3º, do CP.

No entanto, discordo da Doutra Procuradora de Justiça no tocante à caracterização do concurso formal de crimes. Isto porque o latrocínio é crime complexo, que protege além do patrimônio também a vida e impõe o concurso material com o crime de roubo, sendo este, por certo, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

(...)III. Não se aplica a continuidade delitiva entre os crimes de roubo e latrocínio, eis que, apesar de serem do mesmo gênero, não são da mesma



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

231



espécie, pois possuem elementos objetivos e subjetivos distintos, não havendo, portanto, homogeneidade de execução. Precedentes desta Corte e do STF.  
IV. No delito de roubo, a objetividade jurídica do tipo penal é o patrimônio, ao passo que, no delito de latrocínio, por sua vez, buscar-se proteger, além do patrimônio, a vida da vítima, incidindo a regra do concurso material. Precedentes.(...) (grifos nossos) (HC 68.137/RJ, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 06/02/2007, DJ 12/03/2007 p. 294).

Ressalte-se, ainda, que os acusados usaram de violência com as outras vítimas após a morte do pai da família, tendo em vista que as mesmas relatam que foram espancadas e ainda receberam vários tiros que atingiram paredes e pilastes da casa, impondo-se o concurso material de crimes

Destarte, somando-se as penas em face do concurso material, fixo a pena do apelante em 36 (trinta e seis) anos e 04 (quatro) meses de reclusão.

Além disso, nos termos da sentença, mantenho a pena de multa em trinta dias- multa à razão de 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato, com as correções legais.

Por fim, ressalte-se que o pedido do apelante de detração da pena pelo tempo em que ficou preso cautelarmente deve ser analisado pelo Juízo da execução penal, sendo este competente para apreciá-lo após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

POSTO ISSO, dou provimento parcial ao recurso da defesa, para, com fulcro no art. 59, do CP, reformar a sentença vergastada e reduzir a pena aplicada ao apelante Wellington José do Nascimento Queiroz, para fixá-la 36 (trinta e seis) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e 30 dias-multa à razão de 1/30 do salário mínimo vigente à data do fato, determinando o cumprimento da privativa de liberdade inicialmente em regime fechado, mantendo os demais termos da sentença do juízo de origem.

É como voto.

Recife, 18 de março de 2020.

Des. Fausto Campos  
Relator



Apelação Criminal n.º 0158166-2 – Vara Única da Comarca de Vicência.

Apelante(s):	Wellington José do Nascimento
Apelado(s):	Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator:	Des. Fausto de Castro Campos
Revisor:	Des. Roberto Ferreira Lins
Órgão Julgador:	Primeira Câmara Criminal

### VOTO DE REVISÃO

Trata-se de Apelação Criminal interposta por Wellington José do Nascimento, em face da sentença da Juíza de Direito da Vara Única da Comarca de Vicência, que o condenou à pena de 43 (quarenta e três) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, pela prática dos crimes previstos nos artigos 157, §2º, inciso I, e 157, §3º, 2ª parte, do Código Penal, c/c o artigo 1º, inciso II, da Lei nº 8.072/90.

Nas razões de fls. 418/422, pugna o apelante pela sua absolvição, e, de maneira alternativa, pela redução da pena imposta.

Nas contrarrazões de fls. 425/433, o Ministério Público defende a manutenção, *in totum*, da sentença condenatória.

A Procuradoria de Justiça, no parecer de fls. 444/446, opina pelo provimento parcial do recurso, para que seja mantida a condenação e revista a pena estabelecida em desfavor do apelante.

A materialidade dos delitos é comprovada pela perícia tanatoscópica de fl. 91, fotografias de fl. 92 e declarações das vítimas.

O apelante nega a autoria do delito. Contudo, pelo que consta nos autos, foi o mesmo reconhecido por uma das vítimas, que o apontou como uma das três pessoas que invadiram a residência onde ocorreram o roubo e o latrocínio.

Às fls. 17/18, encontra-se o auto de reconhecimento onde a vítima Rosiane Maria de Albuquerque apontou o recorrente como um dos participantes da conduta criminoso.

Pelo depoimento da referida vítima, constata-se que a mesma teve oportunidade de gravar a fisionomia do elemento que a abordou, o que facilitou o posterior reconhecimento.

Em Juízo, às fls. 106/106-V, Rosiane afirmou o seguinte: “que ouviu a zuaada do





*portão e a do carro em direção à garagem atrás da casa; que de repente ouviu quando sua mãe gritou: 'Ui!' e ela pensando que fosse algum sapo, que sua mãe tem medo, abriu a porta viu um desconhecido puxando sua mãe pelos cabelos; que o mesmo estava armado; que chegou ainda a gritar: 'não faça isso com ela não'; que a casa estava escura e só a luz do corredor estava acesa não dando no momento para ela vê a fisionomia do atacante principalmente porque e estava sem os óculos de grau; que ouviu os tiros foi quando Wellington que viu de perto pois ele passou embaixo da luz, ele disse: 'vá lá que ele estava baleado'; que quando chegou na garagem viu seu pai caído dentro do carro; que eram três atacantes um deles com sua mãe e os outros dois atacaram seu pai; que o terceiro ela não reconheceu pois passou pela sombra; que voltou e disse a sua mãe que seu pai estava baleado, que sentiu uma mão puxando seu cabelo virou-se e viu Wellington, que disse: 'não dê alarde senão eu estouro sua cabeça'; que estava com uma arma pontada em sua nuca; que estavam dois presos na Delegacia e ela conseguiu identificar Wellington como atacante; (...); que primeiro o atacante lhe levou para a garagem e depois para dentro de casa a fim de entregar o dinheiro; que dentro da casa a luz estava acesa; (...); que quando eles saíam da garagem em direção a rua a porta do carro estava aberta e ela viu Wellington dentro do carro; (...).*

A vítima Rosa Maria de Albuquerque, de acordo com o depoimento de fls. 105/105-verso, não chegou a reconhecer o apelante, tendo condições de apontar com certeza apenas um dos assaltantes, o "Isaías", mas apresentou uma narrativa dos fatos condizente com a de Rosiane, confirmando, inclusive, que a mesma teve contato direto com o recorrente, guardando a fisionomia do mesmo.

A participação do apelante nas ações criminosas é de clareza solar.

Destaco os seguintes julgados:

**PENAL. ROUBO QUALIFICADO (ART. 157, § 2º, INCISOS I E II, DO CÓDIGO PENAL). AUTORIA. PROVA. EMPREGO DE ARMA DE FOGO. PALAVRA DA VÍTIMA E TESTEMUNHA. RECONHECIMENTO. PLEITO ABSOLUTÓRIO. IMPOSSIBILIDADE.** Não prospera a negativa de autoria se as provas colhidas apontam os agentes como os autores do delito. A palavra da vítima é de relevo na prova dos crimes contra o patrimônio, ganhando maior força ainda quando consoante com outros elementos probatórios. O reconhecimento, quando realizado de forma segura e firme pela vítima e testemunha, deve ser meio eficiente para conduzir à autoria do crime. (TJDF – Acórdão nº 390028).

**ROUBO. PROVA. PALAVRA DA VÍTIMA. VALOR. CONDENAÇÃO MANTIDA.** Em termos de prova convincente, a palavra da vítima, evidentemente, prepondera sobre a do réu. Esta preponderância resulta do fato de que uma pessoa, sem desvios de personalidade, não irá apontar desconhecido como autor de um delito, quando isto não



*ocorreu. E quem é acusado, em geral, procura fugir da responsabilidade de seu ato. Tratando-se de pessoa idônea, sem qualquer animosidade contra o agente, não se poderá imaginar que ela vá mentir em Juízo e acusar um inocente. No caso, as declarações da vítima, com reconhecimento efetuado, informam e convencem sobre o assalto sofrido por ela e praticado pelo apelante. Além disso, suas palavras encontram apoio em outras provas produzidas nos autos. DECISÃO: Apelo defensivo desprovido. Unânime. (TJRS – Apelação nº 70032741217).*

Argumenta, ainda, o recorrente que, quando foi preso, portava um revólver calibre 32, sendo que foi constatado pela perícia técnica que os projéteis que atingiram a vítima saíram de um revólver calibre 38.

Ora, tal alegação não tem força persuasiva. Vale ressaltar, primeiramente, que o apelante não foi preso logo após a ocorrência dos crimes de que tratam estes autos, e sim, um mês após. Nesse espaço de tempo o mesmo poderia muito bem ter se livrado da arma utilizada nas condutas delituosas. Ademais, os disparos que atingiram a vítima podem ter sido feitos por um dos outros elementos que invadiram a residência das vítimas, o que não desautoriza a condenação de todos pela prática do crime de latrocínio, posto que, ao praticarem o roubo munidos de armas de fogo, assumiram todos, o risco pelo resultado morte.

Concluo, portanto, que não merece provimento o pedido de absolvição feito pelo apelante.

Analisando a pena total imposta em relação ao recorrente, entendo que houve um certo excesso no estabelecimento das penas-base para os delitos de roubo e latrocínio, fixadas no máximo previsto para esses crimes, 10 (dez) e 30 (trinta) anos, respectivamente. Foi aumentada ainda em 1/3 a pena do crime de roubo, de acordo com o artigo 157, §2º, I, do Código Penal.

A Juíza sentenciante, ao analisar as circunstâncias do artigo 59 do Código Penal, reconheceu que o apelante não possui antecedentes criminais, mas, mesmo diante dessa circunstância favorável, fixou as penas-base no máximo previsto na legislação penal.

Entendo, por conseguinte, que a sentença deve ser reparada no que se refere à dosimetria das reprimendas para os crimes de roubo e latrocínio.

Exceto pela primariedade, todas as demais circunstâncias do artigo 59 do Código Penal são desfavoráveis ao recorrente, motivo pelo qual cuido que devem ser fixadas as penas-base próximas do máximo legal. Fixo, portanto, a pena-base em relação ao crime de latrocínio (artigo 157, §3º, do CPB) em 28 (vinte e oito) anos de reclusão, e em 08 (oito) anos de reclusão pela prática do crime de roubo, acrescentando a essa última 1/3 (um terço) pela qualificadora do emprego de arma de fogo (artigo 157, §2º, I, do CPB), totalizando 10



(dez) anos e 08 (oito) meses. Feito o somatório, inexistindo outras causas de aumento ou diminuição de pena, deve o apelante cumprir a pena total de 38 (trinta e oito) anos e 08 (oito) meses de reclusão em regime inicialmente fechado. Entendo ainda que deve ser mantida a pena de multa de 30 dias-multa para cada crime, sendo o dia multa calculado na proporção de um trigésimo do salário mínimo vigente ao tempo dos fatos.

Destaco que, no caso concreto, não cabe a aplicação da regra do concurso formal, hipótese levantada pela Procuradoria de Justiça no parecer de fls. 444/446. A regra a ser aplicada é a do cúmulo material das penas, pela ocorrência do concurso material entre os crimes de roubo e latrocínio. É o entendimento do STJ:

*(...); III. Não se aplica a continuidade delitiva entre os crimes de roubo e latrocínio, eis que, apesar de serem do mesmo gênero, não são da mesma espécie, pois possuem elementos objetivos e subjetivos distintos, não havendo, portanto, homogeneidade de execução. Precedentes desta Corte e do STF. IV. No delito de roubo, a objetividade jurídica do tipo penal é o patrimônio, ao passo que, no delito de latrocínio, por sua vez, buscar-se proteger, além do patrimônio, a vida da vítima, incidindo a regra do concurso material. Precedentes. (STJ – HC 68137/RJ).*

O pedido de aplicação de detração penal, visando abater da pena imposta o tempo em que ficou preso cautelarmente, deve ser analisado pelo Juízo da Execução Penal, após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Ante o exposto, voto no sentido de dar provimento parcial ao apelo, mantendo a condenação pela prática dos delitos narrados na inicial acusatória e reduzindo as penas impostas ao recorrente, fixando a pena total em 38 (trinta e oito) anos e 08 (oito) meses de reclusão e 60 (sessenta) dias-multa, devendo a pena privativa de liberdade ser cumprida em regime inicialmente fechado.

É como voto.

Des. Roberto Ferreira Lins.  
Revisor